

# Junho deixou sementes de participação popular

Em 2013, milhões de pessoas foram às ruas, inicialmente em protesto contra o aumento das tarifas de transportes. Mas a pauta se tornou difusa e sem líderes evidentes. Pela primeira vez no país, as redes sociais mostraram seu poder de mobilizar a população

Guilherme Oliveira

HÁ CINCO ANOS, “o gigante acordou”. Essa frase, pinçada de uma combinação de trechos do Hino Nacional Brasileiro, tomou-se o símbolo de junho de 2013. Naquele mês, milhões de pessoas saíram às ruas do país em protestos imprevistos e largamente

espontâneos. Com pautas em geral difusas e sem lideranças destacadas, surpreenderam as autoridades e motivaram iniciativas institucionais improvisadas.

Ao mesmo tempo, junho de 2013 escancarou uma vontade de participação popular que se encontrava dormente no peito dos brasileiros. Estimulados

pelo espírito das multidões, os cidadãos deram voz a demandas por serviços públicos de maior qualidade e combate à corrupção.

Para muitos, foi a primeira experiência de atividade política reivindicatória, e quase nunca a última, já que participar da vida política e da cobrança por melho-

res serviços públicos tornou-se rotina para parte da população.

Um exemplo de participação são organizações como o Observatório Social do Brasil. Presente em 135 municípios, o observatório monitora a execução orçamentária e a realização de licitações, entre outras atividades do setor público.

## Analistas destacam causas e resultados dos protestos

O Brasil não foi o único país a experimentar um levante social de grandes dimensões nesta década. Começando em 2011, nove nações da América Latina presenciaram e participaram de eventos similares.

A cientista social Beatriz Pedreira explicou que esses acontecimentos têm em comum o fato de expressarem o amadurecimento da primeira geração que nasceu após o período de redemocratizações da região.

— É uma geração que não tem medo de lutar contra o status quo porque não viveu repressão. Vivendo sob a democracia, por mais que a cultura não esteja enraizada, ela tem a ideia de que pode transformar a sociedade. Esses fatos criam um ambiente para que ocorra a tomada das ruas.

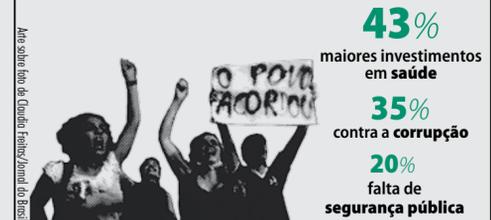
O professor de filosofia Bruno Cava destacou que, além das causas subjacentes mais amplas, as reações iniciais das autoridades aos protestos — repressão policial e minimização da seriedade das demandas — podem ter atraído mais atenção e simpatia para os manifestantes e suas causas. Isso teria motivado a entrada em cena de um novo contingente de pessoas.

— Se tem algo que agrava a sensação de privação e sofrimento é estar sendo aviltado pelos governantes. A tentativa de reprimir as primeiras manifestações tiveram efeito inverso. Estamos no campo das hipóteses, mas talvez tenha a ver com o acúmulo despuerado de propaganda enganosa ligada aos megaeventos, um Brasil da vitrine que estava sendo vendido, levando o caldo das indignações para além do ponto de ebulição.

Para Beatriz, dos protestos emergiu uma nova categoria de lideranças: cidadãos que são capazes de mobilizar e de usar as tecnologias de comunicação para impulsionar iniciativas sociais. Isso significa ampliar a representatividade e a visibilidade de segmentos minoritários e marginalizados. Ela também apontou que

### Veja os motivos que levariam os cidadãos a novas rodadas de manifestações

Protestos revelaram inédita disposição dos brasileiros para estampar nas ruas de maneira continuada um cardápio amplo de insatisfações



Veja os outros motivos	Porcentual de entrevistados
Contra a inflação	16%
Melhorias nos serviços públicos	14%
Maiores investimentos em educação	14%
Contra os políticos em geral	14%
Pela melhoria da qualidade do transporte público	11%
Para gratuidade do transporte público	6%
Contra a violência policial em manifestações	6%
Contra a Fifa/Copa no Brasil	6%
Reforma política	5%
Contra os governos em geral	5%
Contra o governo federal/presidente da República	4%
Contra as empresas de ônibus	4%
Contra os partidos políticos	3%
Contra a prefeitura/prefeito da cidade	3%
Contra o governo estadual/governador	2%
Redução da jornada de trabalho	2%
Baixar os impostos	1%
Aumento do salário mínimo	1%
Geração de empregos	1%
Outros com menos de 1%	2%
Nada faria participar	2%
Não sabe/Não respondeu	19%

Fonte: CNI/Bope

países como o Chile e o México veem o legado de seus movimentos se estender para a política institucional. No Brasil, isso acontece de forma mais “tortuosa” porque convivemos com o fator das grandes investigações de corrupção, que produzem descrença em relação ao poder constituído. No entanto, segundo ela, já se veem pequenos fenômenos localizados na política municipal e isso poderá ser mais percebido nas eleições de 2018.

— Veremos novas caras. As pessoas engajadas sabem que o lugar de transformação é na política, não fora dela.

Cava disse não acreditar que houve um legado institucional dos protestos de 2013, uma

## Governo e ONGs criam parcerias para melhorar serviços

A intervenção social sobre o poder público ganhou um novo olhar com os protestos de 2013 e as suas reivindicações por mais recepção às demandas da sociedade. De um lado, a própria sociedade se organiza para se fazer ouvida; do outro, instâncias do Estado se abrem e se adaptam para se tornarem mais permeáveis aos cidadãos, incorporando intervenções populares.

Um exemplo desse segundo caso é a Virada do Cerrado. O evento, organizado no Distrito Federal desde 2015, consiste em uma maratona de ações de promoção da educação ambiental em diversos locais do DF. Também serve como ponto de encontro para grupos e atores sociais que são ativos na área ambiental, tanto com o governo quanto uns com os outros.

A operação da Virada passou por uma alteração fundamental após a primeira edição, conforme explica a coordenadora Claudia Sachetto, assessora especial da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal. Inicialmente, um único núcleo concentrava todo o planejamento das atividades, mas isso mudou

— Houve um pedido da própria sociedade para engajar mais as pessoas, e foram criados os comitês locais. Hoje, cada região tem seu comitê. Em alguns o governo nem está envolvido, a sociedade civil sozinha puxa as atividades.

Sachetto diz acreditar que uma relação saudável de cooperação entre governo e sociedade é produtiva pois aumenta o alcance das políticas públicas e permite que elas sejam elaboradas com mais propriedade e efetividade.

— Estamos vindo de uma crise nacional profunda e sabemos que as pessoas não estão muito crenes no futuro. Mas a Virada mostra para nós que a participação é possível e que as pessoas estão querendo influir nas políticas públicas das suas regiões.

O Observatório Social do Brasil exemplifica a organização da sociedade para interferir no trabalho do Estado. O Observatório é uma rede de técnicos e voluntários que está presente em 135 cidades de 16 estados. As unidades monitoram as atividades dos órgãos estatais, a atuação dos conselhos gestores, a execução orçamentária e a realização de licitações, entre outros aspectos do trabalho do setor público.

A diretora-executiva da coordenação Nacional da Rede de Observatórios, Roni Rodrigues, explica que uma das principais preocupações do Observatório é assegurar a transparência do setor público. Para isso, as unidades atuam próximo aos órgãos oficiais, verificando editais e contratos e analisando a atuação dos conselhos setoriais, que fiscalizam o governo local.

Esses conselhos são motivo de especial atenção, porque, tecnicamente, estão na linha de frente da representação social diante da prefeitura e suas secretarias. Segundo Roni, muitas vezes essa atuação deixa a desejar.

— Nas cidades menores, em geral os conselheiros são indicados e não escolhidos em conferência. Não sabem o que estão fazendo lá, não sabem do que se tratam os planos básicos, apenas assinam a prestação de contas.

Quando esses problemas são verificados, o observatório procura parcerias com o Ministério Público, os tribunais de Contas e a Controladoria-Geral da União para capacitar os conselheiros e aprimorar a sua atuação.

Para a diretora-executiva, o Brasil tem um bom arcabouço de leis referentes ao controle social. No entanto, as instâncias oficiais que trabalham com isso são subfinanciadas. E também as não-oficiais: segundo Roni Rodrigues, há diversas iniciativas que poderiam se qualificar para editais públicos destinados à sociedade civil, mas inexistem

uma boa alocação para essa área.

A instalação de observatórios em cidades deve partir de uma requisição da comunidade local. A central nacional se encarrega de montar e capacitar a equipe no município. Nos primeiros meses de 2018, a coordenação nacional recebeu solicitações de instalação de bases em 20 novos municípios, e até o fim do ano já estão previstas a criação de mais de 50 unidades — para contraste, a média anual de novos observatórios vinha sendo de 14.

O observatório deve começar a trabalhar com unidades estaduais em breve, mas o foco na atuação concentrada localmente continuará sendo prioritário. O objetivo disso é despertar uma cultura comunitária de fiscalização dos recursos no local onde eles são gastos.

— Uma grande massa da população começa a entender que a corrupção não está só em Brasília, mas em todas as cidades. E nos municípios que a vida acontece, onde o dinheiro é gasto, onde as pessoas estão mais próximas dele.



Em 17 de junho, a plataforma onde estão as cúpulas da Câmara e do Senado foi ocupada por manifestantes. Dias depois, o Congresso adotou agenda motivada pelos protestos

## Aumento de tarifa de transporte desencadeou protestos em todo o país

Aumentos nas tarifas de transportes públicos trouxeram irritação aos habitantes de diversas capitais no início do ano de 2013, e pequenos atos aconteceram nessas cidades. No mesmo período, o Brasil se preparava para sediar a Copa das Confederações de futebol, evento para o qual havia investido grandes somas de dinheiro público em grandes estádios. Em face disso, o custo do transporte público tornou-se ainda mais incômodo e os questionamentos logo transbordaram para os serviços públicos de forma geral — escolas, hospitais, polícia, saneamento. Também se falava em intensificação do combate à corrupção.

pessoas em mais de 100 cidades. As manifestações mostravam resiliência, e as pautas, embora difusas, contagiavam.

As autoridades começaram a responder. Algumas prefeituras que haviam anunciado aumento das tarifas de transporte recuaram. No dia 21, a então presidente Dilma Rousseff, fez o primeiro pronunciamento sobre os acontecimentos, afirmando que trabalharia por uma ampla reforma política. Três dias depois, ela se reuniria no Palácio do Planalto com os integrantes do Passe Livre, mas as negociações não avançaram porque a ideia de tarifa zero foi considerada utópica pelo governo.

Dilma encaminhou à Câmara dos Deputados proposta de plebiscito para determinar a convocação de uma assembleia constituinte que seria encarregada de reformar especificamente dispositivos da Constituição sobre o sistema político — a ideia também não foi à frente.

Governo e parlamentares tocaram uma agenda de votações destinada a aplacar os protestos: os royalties obtidos com o pré-sal foram destinados a financiar educação e saúde públicas; a corrupção viu crime hediondo; a Câmara começou a discutir o fim do voto secreto na cassação de deputados; e foi rejeitada uma proposta de emenda constitucional que retiraria poderes investigativos do Ministério Público.

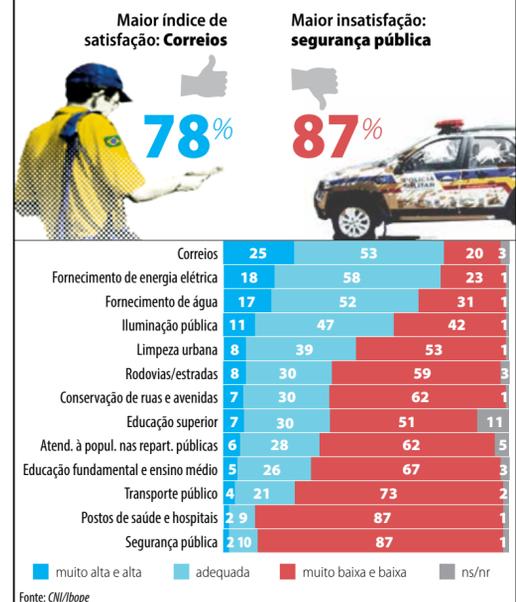
O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Cavalcanti, recordou que já havia mobilização da categoria contra a PEC há meses e isso contribuiu para que a pauta estivesse em evidência quando os protestos irromperam.



População lota rodoviária de Brasília em apoio à reivindicação de transporte gratuito

### Avaliação dos serviços públicos durante as manifestações de 2013

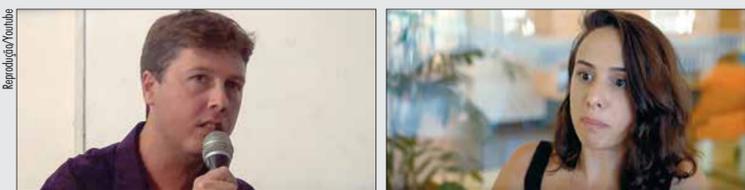
Reajuste das tarifas de ônibus e metrô provocaram protestos, que cresceram por causa da insatisfação com o atendimento do Estado em diversos setores



Fonte: CNI/Bope



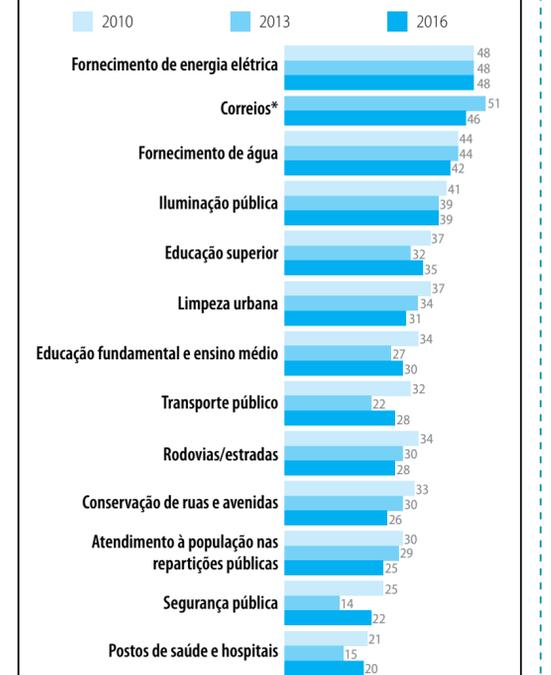
Cavalcanti disse que havia mobilização de procuradores contra a PEC em junho



Para Bruno Cava, protestos não deixaram legado institucional; Beatriz Pedreira diz que, deles, surgiram novas lideranças

### Como evoluiu a percepção sobre os serviços públicos entre 2010 e 2016

Apesar de melhoras pontuais na avaliação entre 2013 e 2016, nenhum serviço conseguiu nota acima de 50 em cinco anos, exceto os Correios



Obs: Quanto maior o indicador, maior o percentual da população que avalia positivamente os serviços. Valores abaixo de 50 pontos indicam avaliação negativa do serviço.

Nota: Os dados de 2013 são referentes a Retratos da Sociedade Brasileira 11: qualidade dos serviços públicos e tributação. Os dados de 2010 são referentes a Retratos da Sociedade Brasileira 3: qualidade dos serviços públicos e tributação.

\*Em 2010 não se avaliaram os Correios.

Fonte: CNI/Bope

### Saiba mais

Pesquisa Emergência Política  
www.emergenciapolitica.org

Virada do Cerrado  
www.tonavirada.org

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)